

Dyogo vai rever rodízio criado por Rabello

Por Ribamar Oliveira e Fabio Graner | De Brasília

O novo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dyogo de Oliveira, deverá iniciar sua gestão desfazendo o rodízio de diretores promovido pelo antecessor, Paulo Rabello de Castro, informaram ao Valor fontes credenciadas do governo.

A ideia é que, ao retomar os cargos anteriores, os diretores tenham condições de operar com mais velocidade as demandas e projetos do banco. Além disso, o governo quer evitar que toda a estrutura de comando da instituição financeira federal fique em processo de transição, limitando isso à nova presidência, que deve ser empossada na próxima quinta-feira.

No dia 20 de março, o então presidente do banco Paulo Rabello de Castro promoveu uma "dança das cadeiras" na diretoria da instituição. As mudanças faziam parte do planejamento estratégico do

banco, que projeta cenários para a economia brasileira até 2035.

Entre as mudanças houve o deslocamento de Ricardo Ramos, da área de operações indiretas para a diretoria de investimentos, que inclui a BNDESPar, o braço de participações do banco, que também passou a responder por desestatização.

Eliane Lustosa, ex-diretora da BNDESPar, foi deslocada para a diretoria de estratégia, que inclui a área de planejamento até então ocupada por Carlos da Costa. Este, por sua vez, foi deslocado para a diretoria de estrutura produtiva, incluindo a parte de indústria e serviços e o apoio do banco ao comércio exterior.

Cláudia Prates saiu da área de indústria para a área de origemação, recursos humanos e crédito. Essa área é a responsável pela velocidade de execução dos processos dentro do banco e vai cuidar da origemação de operações de crédito junto a "unidades regionais" da instituição.

Quando divulgou as mudanças, Rabello disse que objetivo era fazer com que o banco pudesse responder com mais agilidade e eficiência à demanda por investimentos. Curiosamente, uma das críticas feitas às duas gestões anteriores à que se iniciará era sobre a dificuldade de andamento dos projetos.

A nomeação de Dyogo para o cargo tenta atender a um objetivo do presidente Michel Temer de ter uma gestão efetivamente "concluída" no banco, de acordo com as mesmas fontes, já que tanto Rabello de Castro como Maria Silvia Bastos Marques, que foi a primeira comandante da instituição no governo Temer, saíram antes do previsto.

Vale lembrar que Maria Silvia deixou o banco por conta de críticas de que não estava conseguindo fazer o banco funcionar, travando empréstimos e gerando mal-estar entre os funcionários da instituição, que se ressentiam de ela não defender o corpo técnico da casa nas investigações sobre irregularidades em empréstimos realizados no período de forte expansão do banco.





Nesse sentido, o novo comandante terá função de acalmar os ânimos internos da instituição, de forma a gerar um ambiente de maior produtividade e celeridade na liberação de crédito, que vem em queda livre há praticamente dois anos.

A escolha por Dyogo tem, de certa forma, menos custos de transição para a instituição, já que o banco está sob o guarda-chuva do Ministério do Planejamento, que será comandado pelo atual secretário-executivo da pasta e presidente do Conselho de Administração do BNDES, Esteves Colnago Júnior, conforme anunciado pelo Planalto.

A definição de Dyogo como novo

presidente do banco estatal não significa, explicaram as fontes, uma ordem para ampliação indiscriminada da instituição, como alguns têm sugerido. A ideia é facilitar o acesso ao crédito disponível no banco, que hoje tem farta liquidez, mesmo considerando-se a necessidade de devolução de R\$ 100 bilhões ao Tesouro Nacional ainda neste ano.

Pressionado pelo Tesouro, Rabello de Castro já havia se comprometido a realizar esse pré-pagamento até o terceiro trimestre deste ano. O Ministério da Fazenda pediu para o banco adequar esse calendário aos vencimentos de títulos públicos.

Novo ministro tem trânsito fácil e perfil técnico

Por Edna Simão e Fábio Pupo |
De Brasília

Considerado um bom interlocutor para o governo e de perfil estritamente técnico, o recém-anunciado ministro do Planejamento, Esteves Colnago Júnior, na última década e meia participou da elaboração de medidas importantes principalmente no campo microeconômico. Entre elas estão a alienação fiduciária, o crédito consignado, a letra financeira e a debênture de infraestrutura.

De mudança para o BNDES, o ainda ministro Dyogo de Oliveira, que ganhou ao longo dos últimos dois anos a confiança do presidente Michel Temer, foi decisivo na nomeação de Colnago. Na prática, ele conseguiu aumentar a sua área de influência e também a do líder do governo, Romero Jucá (MDB-RR), que o sustentou politicamente na pasta em todo esse período.

Com 43 anos, Colnago é economista com mestrado em ciências econômicas pela Universidade de Brasília (UnB). Funcionário de carreira do Banco Central (BC) desde 1998, ocupou cargos na Fazenda praticamente durante toda a era petista, chegando

a ser o interlocutor da secretaria-executiva da pasta com o setor financeiro e a coordenar os assuntos que eram levados ao Conselho Monetário Nacional (CMN), principalmente na área de mercado de capitais.

Nos bastidores da equipe econômica, o nome de Colnago foi bem aceito. Os comentários são de que ele, além de ser homem de confiança do ex-ministro, é considerado pessoa discreta, que ouve o restante da equipe e preparado para tomar decisões difíceis.

A avaliação é que Colnago tem conhecimento dos temas mais espinhosos que hoje incomodam a equipe econômica. Nesse sentido, fontes lembram de "bombas fiscais" que poderão aparecer no caminho, sendo a principal delas a "regra de ouro" das contas públicas (que visa evitar endividamento para pagar despesas correntes como salários) e como endereçar uma solução para o problema já neste mês, no envio ao Congresso do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2019.

Colnago foi analista de Finanças e Controle no Tesouro Nacional antes mesmo de entrar para o BC,

de 1996 a 1998. Mas foi a partir do governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que atuou de forma mais constante em cargos na equipe econômica. Desde 2004, passou por posições na Fazenda como a de coordenador da Secretaria de Política Econômica até chegar, em 2016, a secretário-executivo adjunto do ministério.

No Planejamento, Colnago foi secretário-executivo adjunto de maio de 2016 a abril de 2017 e depois disso passou a ocupar o cargo de secretário-executivo na pasta. Entre suas atribuições está também a de presidir o conselho de administração do BNDES.

A nomeação de Colnago garante um perfil mais técnico na condução da equipe econômica até o fim do ano (lembrando que o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, deve também ser formalizado no comando da pasta) e acaba evitando que o atual ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tenha poderes maiores mesmo deixando o governo. Ele havia indicado seu secretário de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loterias, Mansueto Almeida, para o Planejamento. (Colaboraram Ribamar Oliveira e Fabio Graner, de Brasília)

Quem desestabiliza o país não tem brasilidade, diz Temer

Sem citar nomes, ele reclamou em SP dos que criam embaraços ao governo

Mais cedo, em Brasília, presidente lançou outra leva de indiretas sobre prisão de seus amigos pela Polícia Federal

DE SÃO PAULO e DE BRASÍLIA- Sem citar nomes, o presidente Michel Temer criticou nesta segunda-feira (2) em São Paulo pessoas sem "brasilidade em seu coração" que causam, nas palavras dele, embaraços ao seu governo.

"Nestes quase dois anos de governo, não foram poucos os embaraços e as oposições que nós sofremos, até [de] gente disposta a desestabilizar o país com gestos extremamente irresponsáveis, que têm naturalmente repercussão internacional", afirmou.

"E as pessoas que agem dessa maneira", seguiu Temer, "não se apercebem, ou seja, não sentem

brasilidade em seu coração, porque sabem que gestos desta natureza comprometem com problemas nos aspectos internacionais".

O presidente deu a declaração num fórum da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, realizado em um hotel da zona sul da capital. Ele fez discurso enaltecendo a recuperação econômica do Brasil sob sua gestão.

"Apesar de tudo isso [oposições], nós vencemos todas as dificuldades", disse o presidente Temer.

Além de Henrique Meirelles (Fazenda), que é pré-candidato a presidente e enumerou ações do governo para recuperar a economia, também estavam no fórum em São Paulo com o presidente os ministros Carlos Marun (Secretaria de Governo) e Dyogo Oliveira (Planejamento). Todos saíram sem falar com a imprensa.

Temer, que é de família de origem libanesa, convidou a plateia formada por empresários e investidores a

injetar recursos no Brasil e defendeu o estreitamento de laços com os países árabes. "Por mais que as pessoas protestem ou por mais que as pessoas tentem segurar o desenvolvimento do país, não conseguem", disse ele.

Amigos

Mais cedo, em Brasília, o presidente fez críticas indiretas à operação que prendeu alguns de seus amigos mais próximos, na semana passada.

Durante a posse de novos ministros da Saúde e dos Transportes e do presidente da Caixa Econômica Federal, - cobrou união e diálogo diante do que chamou de problemas, defendeu as instituições e o respeito à Constituição.

Nos bastidores, a fala foi vista como uma referência a excessos que o presidente enxergou na Operação Skala, que prendeu dez pessoas, entre elas o advogado José Yunes e o coronel João Baptista Lima, amigos





de décadas do emedebista.

"Os problemas diante de nós exigem união e diálogo. Acima de todos nós está o país, as instituições. Por isso, eu preservo as instituições, a imprensa livre, prego a independência e a harmonia entre os poderes, porque todos nós passaremos e as instituições não de ficar", disse Temer.

O Palácio do Planalto está em guerra com o ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), que autorizou as prisões de Yunes e Lima.

No Planalto, avalia-se que as prisões aconteceram para forçar delações premiadas que

comprometam o presidente e criem um enredo que sirva de base para uma nova denúncia contra ele.

Em Brasília Temer também enfatizou a questão das liberdades individuais, o cumprimento do processo legal e a "obediência estritíssima aos termos da Constituição".

"Somos servos da Constituição", disse, recomendando à plateia de ministros e outros auxiliares que "conduza -se pelos termos da Constituição; não saia dela".

A indisposição com Barroso vem desde o início de março, quando o ministro autorizou a quebra de sigilo bancário de Temer e promoveu

alterações no indulto de Natal concedido pelo presidente no final de 2017.

Críticas diretas a Barroso vêm sendo feitas pelo ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo), que, inclusive, pretende retomar seu posto de deputado em abril para apresentar pedido de impeachment do magistrado.

Na sexta-feira (30), o Planalto divulgou nota em que não criticou nominalmente Barroso, mas acusou "autoridades" de tentar destruir a reputação do presidente.

(joelmir tavares, DANIEL CARVALHO, MARINADIAS)

CONJUNTURA »**Dyogo Oliveira mostra força na Esplanada**

Oliveira indicou o secretário executivo Esteves Colnago para sucedê-lo no comando do ministério

Ministro do Planejamento frustra tentativa de Meirelles de comandar a economia e faz sucessor. Na presidência do BNDES, instituição subordinada à pasta, se mantém perto das decisões do Planalto, com um salário bem mais alto do que recebe no Executivo

» HAMILTON FERRARI -
ESPECIAL PARA O CORREIO
» ANTONIO TEMÓTEO

Na dança das cadeiras da equipe econômica, o nome do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, não demonstrou fraqueza e se sobressaiu

como um dos mais beneficiados com as alterações. Mesmo deixando o órgão, emplacou um dos seus aliados no comando da pasta, o atual secretário executivo, Esteves Colnago. Antes, considerado uma sombra do líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), Oliveira cresceu no governo federal, criando a própria identidade e ganhando espaço nas negociações decisivas. Tanto é que o presidente Michel Temer não acatou a indicação do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, de nomear o secretário de Acompanhamento Econômico, Mansueto Almeida, no comando do Planejamento.

A influência de Oliveira e Romero Jucá impediu que Meirelles assumisse o “ninho” dos dois. A escolha de Colnago para o Planejamento cria uma rede de proteção para o atual ministro, já que seu sucessor reza na mesma cartilha e ele estará por perto, na presidência do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), instituição subordinada à pasta.

O atual secretário executivo nasceu em Manaus, mas tem carreira pública na capital federal. Economista com mestrado em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB), Colnago é funcionário de carreira do Banco Central, mas passou por diversos órgãos, como as secretarias do Tesouro Nacional e de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda. Michel Temer acredita que ele servirá para dar continuidade no trabalho de Oliveira.

Reconhecimento

Dyogo Oliveira viaja para o Rio de Janeiro, onde é a sede do banco de fomento com a certeza de ter conseguido o reconhecimento pelo seu trabalho na Esplanada e com uma vantagem adicional: o salário bem maior do que o que recebia no Executivo. Para comandar o BNDES, terá remuneração de R\$ 87.392, sem contar com os R\$ 1.613 de vale-alimentação. Valor que jamais receberia como ministro,





já que ultrapassa em 2,5 vezes o valor do teto do funcionalismo.

No banco, Oliveira focará as pequenas empresas, infraestrutura, inovação e comércio exterior, conforme combinou com o presidente Michel Temer. Grande conhecedor do Orçamento Público, o atual ministro do Planejamento quer fazer com que o banco não dependa dos subsídios do governo, fazendo que atue com recursos próprios. Na mesma linha, não criará impasse para a devolução de mais de R\$ 100 bilhões que o BNDES deve ao Tesouro Nacional. O pagamento deve ser feito até o fim de 2018 para ajudar o governo a cumprir a Regra de Ouro — legislação que impede que o Executivo crie dívidas para pagar despesas correntes, como salário de servidores.

Na Esplanada, a ascensão de Oliveira tem uma explicação prática. No momento em que o governo sofria forte cobrança por medidas concretas para estimular a economia, não somente pela defesa de reformas estruturantes, como a da Previdência, foi dele a ideia de liberar os saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Isso fez com que caísse nas graças de Temer. Com um perfil técnico e discreto, o ministro do Planejamento passou a ser consultado pelo presidente de República e conseguiu se distanciar da sombra de Jucá.

Chefia em jogo

Não à toa, Oliveira deixou de ser

interino, foi efetivado no cargo e alguns de seus aliados têm sido emplacados em cargos cobiçados por diversos partidos, como uma Diretoria do Funpresp, o fundo de pensão dos empregados do Legislativo e do Executivo. Além disso, ao contrário do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o chefe do Planejamento passou a ter uma boa relação com os principais auxiliares de Temer, entre eles, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, o secretário-geral da Presidência da República, Moreira Franco.

Em algumas oportunidades, Meirelles e Jucá trocaram farpas pela imprensa, enquanto Oliveira mantinha uma boa relação com os principais auxiliares do chefe do Executivo. “O ministro do Planejamento ganhou brilho próprio no governo e deixou de ser interino rapidamente. Não à toa passou a ser consultado para todos os temas relevantes da equipe econômica, o que provocou ciúme”, disse um assessor de Temer.

Segundo um outro interlocutor de Temer, o presidente e sua equipe escolheram Oliveira para frear as pretensões de Meirelles de continuar no comando da equipe econômica, mesmo que fora do governo. Com isso, fica claro que o prestígio do chefe da equipe econômica tem limite. “Quem manda é o presidente Temer. Meirelles é um excelente quadro, mas não é presidente da República. Quem escolhe os ministros e presidentes de banco não é ele. É o chefe do Executivo”, afirmou o auxiliar do Planalto.



Dança das cadeiras

Com Henrique Meirelles e Dyogo Oliveira se despedindo dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, respectivamente, a equipe econômica muda, mas segue a mesma linha de atuação

PLANEJAMENTO

Quem assume:

■ O novo ministro, Esteves Colnago, era secretário executivo da pasta. Aliado do atual ministro, Dyogo Oliveira, tem mestrado em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB). Também trabalhou no Banco Central, no Ministério da Fazenda e no Tesouro Nacional.

■ Novo secretário executivo: Walter Baere de Araújo Filho, secretário executivo adjunto assume o cargo

Quem sai:

Dyogo Oliveira, atual ministro, será o novo presidente do BNDES. Ficou conhecido pela iniciativa de liberar os recursos das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

FAZENDA

Quem assume:

■ Eduardo Guardia, o atual secretário executivo, será o novo ministro. Conhecido pela rigidez nas negociações, é um nome técnico e com pouco apelo político. É aliado do atual ministro, Henrique Meirelles.

■ Novo secretário executivo: Daniel Alves, secretário executivo adjunto assume o cargo

Quem sai:

Henrique Meirelles vai tentar concorrer à Presidência da República pelo MDB. Com o trabalho na Fazenda elogiado por economistas, tenta emplacar seu nome, mesmo competindo com o presidente Michel Temer.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)

Quem entra:

Presidente: Dyogo Oliveira será o novo presidente da instituição.

Quem sai:

Paulo Rabello de Castro vai se candidatar à Presidência da República pelo PSC.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)

Quem assume:

Nélson Antônio, o novo presidente do banco, era o vice-presidente de Habitação. Está na Caixa desde 1979.

Quem sai:

Gilberto Occhi vai deixar a presidência da instituição para comandar o Ministério da Saúde. Pasta era chefiada por Ricardo de Barros, que reassumirá a cadeira de deputado federal e tentará a reeleição pelo Paraná. Os órgãos continuam nas mãos do PP.

DESAFIO

Nos últimos meses do governo, a nova equipe econômica terá que cuidar de pautas consideradas prioritárias. Confira algumas:

- Mudança na Lei de Licitações
- Mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal
- Regulamentação do teto do funcionalismo
- Privatização da Eletrobras
- Aumento da autonomia das agências reguladoras
- Autonomia do Banco Central
- Reforma do PIS-Cofins
- Mudança no Cadastro Positivo.



CONJUNTURA »

Projeto mantido

A definição dos secretários executivos Eduardo Guardia e Esteves Colnago na liderança dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, respectivamente, é uma “dobradinha” do governo para mostrar ao mercado que o projeto econômico da gestão do presidente Michel Temer se mantém comprometido com a proposta inicial do “Ponte para o Futuro”, programa de cunho liberal lançado pelo MDB em 2015.

A oito meses do fim do governo, ambos, porém, terão um papel difícil: lutar pela aprovação de projetos no Congresso Nacional para dar continuidade ao ajuste fiscal. O governo tem uma pauta urgente para evitar o descumprimento, em 2019, da regra de ouro, legislação que proíbe o Tesouro de contrair dívidas para pagar despesas correntes, como salários de servidores. Desrespeitar a regra configura crime de responsabilidade fiscal, o que sujeita o chefe de governo a processo de impeachment.

Na próxima quinta-feira, a Câmara tem na pauta a votação do projeto de reoneração da folha de pagamento das empresas, mas ainda não foi fechado um entendimento com os deputados sobre quais setores terão o benefício reduzido, o que pode adiar mais uma vez a apreciação do texto. Outras matérias importantes também precisam ser analisadas, como a privatização da Eletrobras, a reforma do PIS-Cofins, a criação do cadastro positivo e a autonomia operacional do Banco Central.

Holofotes

Eduardo Guardia, que sucederá Meirelles, será encarregado de discutir estes temas com os parlamentares, mas a fama do futuro ministro não é das melhores quando se trata de articulação política. Ele é visto por deputados e senadores como um negociador pouco flexível. Por isso, o atual ministro, Henrique Meirelles, que vai se filiar ao MDB na manhã de hoje, tentará entrar nas negociações internas do partido, até para não sair dos holofotes e

alimentar a candidatura à Presidência da República.

No Palácio do Planalto, a visão é de que os sucessores darão continuidade ao que vinha sendo feito por Meirelles e pelo ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. “São quadros técnicos que têm tudo para agradar aos agentes econômicos e fortalecer a imagem do (ministro da Fazenda, Henrique) Meirelles no MDB, no caso de uma possível candidatura”, destacou um interlocutor do presidente.

A continuidade também foi mantida na Caixa Econômica Federal. Ontem, Temer empossou Néelson Antônio de Souza como presidente da instituição no lugar de Gilberto Occhi, agora ministro da Saúde, na cota do PP. Souza ocupava o posto de vice-presidente de Habitação do banco. A promessa é destravar o crédito imobiliário. “O dever que não só eu tenho, mas toda a equipe, é dar continuidade ao trabalho que vinha sendo feito”, destacou. (HF, colaborou Rodolfo Costa)